

Reseña de libro

Silva, A. A.; Jacomini, M. A. (Orgs.). Pesquisa em políticas educacionais: características e tendências. Feira de Santana: UEFS, 2016. 227 p.

Marian Ávila de Lima Dias
Universidade Federal de São Paulo, Brasil
mariandias.dias@gmail.com

Denilson Soares Cordeiro
Universidade Federal de São Paulo, Brasil
denilsoncordeiro@gmail.com

Um mapa das pesquisas em políticas educacionais no Brasil

Quais têm sido os temas dominantes das pesquisas em políticas educacionais no Brasil? Que bases epistemológicas têm prevalecido e para que tendências apontam? O livro “Pesquisa em políticas educacionais: características e tendências” busca responder a essas e outras questões.

Resultado de três anos de pesquisa financiada pela CAPES/CNPq, o livro apresenta o trabalho de coleta, discussão e análise de mais de mil teses e dissertações produzidas na década de 2000 nos programas de pós-graduação (avaliados com nota cinco ou superior pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Ensino Superior - CAPES), na avaliação realizada no triênio de 2010. A partir da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos das pesquisas, as autoras organizaram todo o material coletado em nove eixos temáticos: planejamento e gestão; avaliação; qualidade; Estado e reformas educacionais; políticas de formação de professor e carreira docente; financiamento; abordagens teórico-metodológicas; análise de programas e projetos; e políticas inclusivas.

A pesquisa traz materialidade e objetividade às discussões sobre o estudo em políticas educacionais. O exame das pesquisas em pós-graduação proposto revela qual tem sido o papel do próprio pesquisador da área na última década. Aproximando o papel do pesquisador ao do intelectual, as organizadoras estendem as consequências da orientação temática e epistemológica adotadas pelas pesquisas frente à realidade. Citando Gramsci, elas alertam para o fato de que tais escolhas irão organizar, conduzir e persuadir a sociedade em direção a um determinado projeto de sociedade que representam. Nesse sentido, a proposta do livro adquire um contorno mais explicitamente político, pois a hegemonia produzida pelo tipo de pesquisa na pós-graduação determinará a condução dos projetos de país que as diferentes filiações intelectuais assumem.

As autoras diagnosticam que o modelo de pesquisa expresso pelo tipo predominante atualmente é produtivista e “baseado na pseudocontinuidade entre o interesse público (sociedade)

e o interesse privado (empresariado), o que possivelmente tem a ver com a demarcação do protagonismo do empresariado no cenário político nacional desde a última década” (p. 17), e traz consequências no modelo de desenvolvimento a ser adotado na área da educação. A hegemonia do setor empresarial no cenário nacional não apenas tem regulado as políticas públicas voltadas ao trabalho, previdência e saúde, mas também às políticas da educação em todos os seus níveis. A perspectiva utilitarista, imediatista, produtivista e pragmática tem pautado em grande parte as escolhas de tema e método das investigações bem como a valorização de certas áreas e linhas de pesquisa mais voltadas à produção de tecnologias, patentes e produtos.

No campo da pós-graduação em educação os temas das pesquisas e o tipo de tratamento dispensado pelos pesquisadores revelam como a agenda das políticas educacionais tem se materializado. A proposta levada a cabo pelas autoras, de identificar e qualificar a produção acadêmica dos programas que realizaram pesquisas em políticas educacionais, ao evidenciar tais contornos, contribui para consolidar e avançar no conhecimento da área, seja no sentido de evidenciar as fragilidades, seja no sentido de identificar mudanças e preponderâncias.

Organizado em sete capítulos, o livro discorre inicialmente sobre as tensões presentes no estabelecimento da pesquisa em educação e sua relação com o desafio permanente de constituição de um campo teórico e epistemológico próprio. Ainda no primeiro capítulo, as autoras relembram que a necessidade de estabelecimento de um campo próprio à educação não é consenso entre os estudiosos da área, uma vez que aquilo que é identificado como fragilidade pode ser, pelo contrário, aquilo que traz singularidade ao campo, por meio de uma “mestiçagem” das contribuições das ciências humanas na educação. De outra parte, assinalam que a escolha dos objetos de pesquisa nesse campo responde também às demandas externas das agências de avaliação e fomento, o que leva a um direcionamento de temas e problemas de pesquisa muito mais voltado a responder a tais exigências do que de fato a desenhar problema de ordem teórica e prática no campo da educação. Seriam as chamadas formulações de projetos de pesquisa mais decorrentes de uma reivindicação de natureza “sociomidiática” que tem sistematicamente buscado desqualificar a produção e o rigor acadêmico dali resultante. Em seguida as autoras passam a discorrer sobre a estruturação do campo de pesquisa em políticas educacionais que, à semelhança do campo da educação, desenvolve-se de forma interdisciplinar, convocando – assim como os campos da educação e das políticas públicas – os fundamentos das ciências humanas para constituir sua base epistemológica. Com relação às pesquisas produzidas sob esse recorte, apontam tanto para o seu potencial de ruptura com a generalizada ideia de desqualificação da área, como também para a necessidade de que as pesquisas investiguem de modo mais sistemático a memória daquilo que já é constitutivo desse campo de estudos, em um movimento intencionalmente orientado a um constante questionamento dos caminhos escolhidos para as pesquisas em políticas educacionais.

O segundo capítulo apresenta de forma mais detalhada os resultados da investigação que serviram de base para a elaboração do livro. Destaca-se a constatação de uma tendência à extrema diversificação dos temas o que redundava em um campo muito amplo – e pouco articulado – das pesquisas e, por conseguinte, dos pesquisadores.

O terceiro capítulo analisa a base teórica das teses e dissertações pesquisadas e constata em grande parte dos trabalhos a ausência de informações sobre o referencial adotado. No capítulo quatro, foi dada especial atenção às pesquisas categorizadas como pertencentes aos eixos “Estado e reformas educacionais” e “Abordagens teórico-metodológicas” a fim de analisar de que modo estas pesquisas incorporam (ou não) tais referenciais. Um dos desafios da configuração desse campo de pesquisa identificado no texto refere-se à superficialidade da análise e da frágil sistematização do conhecimento face à riqueza dos dados empíricos que as pesquisas têm

coletado. A leitura desses dois capítulos torna forte a hipótese de que não se trata apenas da mera omissão desta informação sobre sua abordagem teórica no resumo dos trabalhos; é provável que eles não tenham referencial teórico e epistemológico, uma vez que a lógica produtivista predominante nos programas nacionais de pós-graduação valoriza sobretudo o dado obtido de forma rápida e capaz de ser instrumentalizado, sem que se considere necessária uma sistematização analítica capaz de refletir sobre o dado.

Os trabalhos referentes ao eixo “Políticas de formação de professor e carreira docente” são analisados mais detidamente no quinto capítulo. Após analisar mais de duas dezenas de resumos de trabalhos, as autoras concluem que os estudos voltados a essa temática têm aumentado progressivamente, o que denota um crescente interesse pela área. Porém, quando investigam quais referências têm orientado essas pesquisas, novamente defrontam-se com uma grande variedade de linhas de pesquisa e uma pequena quantidade (menos de 30%) de menções a autores ou a referenciais teóricos. Quanto ao crescente interesse pelo tema da formação de professores, uma hipótese é a de que, alinhados à tendência da transformação das investigações em “ferramentas” aplicáveis ao cotidiano escolar, os/as pesquisadores/as e seus orientadores/as, estejam optando por essa linha de pesquisa a fim de transformar a tese ou dissertação em um produto voltado à melhoria da qualificação dos professores, tais como livros, apostilas, cursos à distância etc.

O sexto capítulo trata das produções acadêmicas em política educacional voltadas ao eixo das ações afirmativas. Inicialmente, a autora retoma as discussões sobre as ações afirmativas no país para em seguida apresentar os dados e a análise das pesquisas investigadas. Dobrou o número de pesquisas com esta temática na segunda metade da década investigada, o que denota um crescente interesse por pesquisas nesse eixo. Muitos desses estudos objetivam verificar o processo de implementação das cotas em instituições escolares. Isso explicaria o significativo aumento desse tipo de pesquisa em anos mais recentes o que coincide com a adoção de políticas de cotas em diversas instituições no país. Os trabalhos investigados, mesmo divergindo sobre a posição em relação às ações afirmativas, são unânimes em afirmar a necessidade de superação de qualquer forma de exclusão escolar e de impedimento no acesso aos bens culturais decorrentes da discriminação. Porém, outro dado encontrado na pesquisa revela que os programas, linhas de pesquisa e orientadores das teses e dissertações coletadas não pesquisam especificamente as ações afirmativas. A autora pondera que, se isso é benéfico à pesquisa por trazer mais amplitude na discussão do tema e na própria formação como pesquisador de doutorado ou mestrado, por outro lado pode resvalar em uma perda de qualidade do trabalho uma vez que a orientação e o acompanhamento da pesquisa são realizados por orientadores que não necessariamente levam em consideração a necessidade do acúmulo de discussão política e histórica que o tema requer. De toda forma, o aumento das produções bem como as posições defendidas nos trabalhos denota a disposição do campo de políticas em educação de estabelecer o debate sobre o assunto, o que é decisivamente positivo.

O último capítulo analisa a produção no eixo “planejamento e gestão educacional”. Tais temas, juntamente com a organização escolar, têm ocupado a centralidade das pesquisas em educação, e conseqüentemente, despertam grande interesse desde o fim da ditadura. Adquirem papel quase onipresente na educação brasileira a partir da década de 1990 (dentre os eixos elaborados pelas autoras, este tipo de produção ocupa o segundo lugar na escolha temática dos pesquisadores, perdendo apenas para o eixo “Estado e reformas educacionais”). Tal temática tem se desdobrado desde então em dois campos opostos: um que adota a perspectiva crítica que desemboca na ideia de gestão democrática e organização participativa da educação; e outra que, alinhada ao pensamento neoliberal, possui uma concepção de gestão como eficiência, alinhada com a perspectiva organizacional adotada mundo afora pelo setor empresarial. A adoção de um

ou outro referencial dependerá muito do programa de pós-graduação e do orientador com que a pesquisa for realizada.

A investigação empreendida constatou que a expressiva maioria das pesquisas foi realizada na região Sudeste do país, especialmente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). Os temas “organização do ensino” (com muitos trabalhos voltados à questão da progressão continuada e de implantação dos ciclos) e “gestão democrática” foram os mais pesquisados. Sobre a última, destaca-se a incorporação deste termo também por parte dos defensores de uma perspectiva mais liberal e privatista, o que gera uma multiplicidade de perspectivas sobre o que se compreende por “democracia” e “gestão democrática” nos trabalhos pesquisados. De todo modo, a realização destes tipos de pesquisa contribui para dar maior visibilidade aos problemas de organização e gestão na educação, o que convida ao debate na busca de soluções aos impasses educacionais enfrentados no cotidiano escolar.

O conjunto das análises leva à conclusão de que há nos temas de pesquisa, embora claramente influenciados pelo ideário neoliberal, um espaço para a produção de um pensamento crítico e rigoroso, capaz de contrapor-se à tendência pragmática e superficial de abordagem da educação. A própria pesquisa empreendida resultante neste livro permite avançar com mais segurança na análise das fragilidades do campo das políticas educacionais em direção a políticas democráticas que visem o acesso aos bens da cultura a todos e a todas.

A significativa amostra de dados que a pesquisa resultante neste livro comporta oferece uma excelente base de reflexão sobre as condições da pesquisa em políticas educacionais no Brasil. Permite estabelecer um mapa seguro do modo de compreender a Educação, a pesquisa e a função social da universidade representada pelos seus programas de pós-graduação. Possibilita, por decorrência, aos pesquisadores, aos estudiosos, aos gestores de pesquisa e de políticas públicas em Educação projetar um cenário de abrangência de pesquisa, de solução às deficiências de estudos, de formulação e de tratamento de problemas educacionais condizentes tanto com as necessidades locais quanto com as demandas nacionais. Nesse amplo mapeamento oferecido pelas autoras, todo pesquisador e estudioso da área será capaz de colocar-se a questão de onde está e de responder com um proveitoso convite à reflexão sobre os percursos que propõe, cultiva e acarreta, seja com a própria pesquisa, seja com o modo como compreende as responsabilidades sociais da pesquisa na universidade brasileira.

Recebido em 05/07/2017

Aceito em 15/08/2017

Marian Ávila de Lima Dias

Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação.

Denilson Soares Cordeiro

Docente de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação.
